

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de agosto de 2008 vamos apresentar o Balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2008, artigo sobre conjuntura econômica, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

## ÍNDICE

Boletim de Conjuntura – Agosto de 2008

**José Calixto Ramos** – Presidente

**Karla Cristina da Costa Braz** - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte - CEP:  
70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

**E-mail:** [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) **Site:** [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)

- I - BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES DOS REAJUSTES SALARIAIS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

*Entre em contato conosco pelo e-mail:*

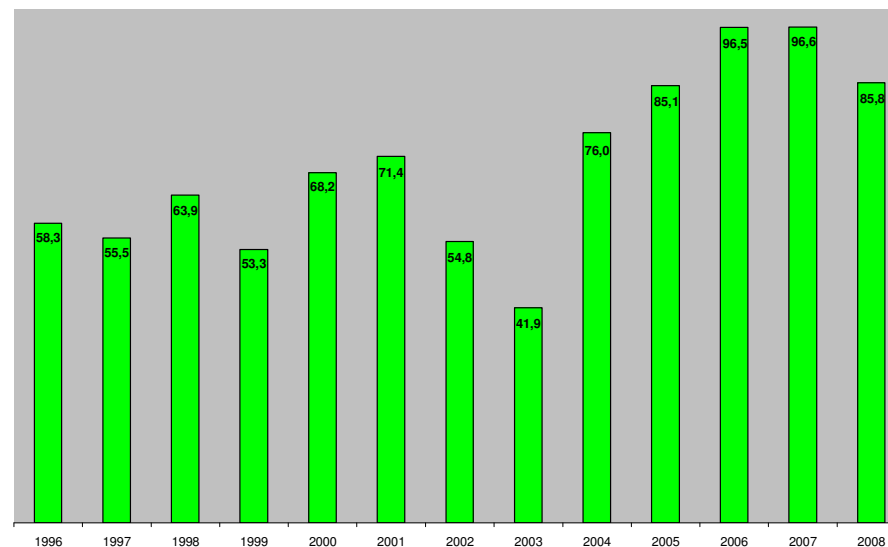
[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)

## Balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2008

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do SAS – Sistema de Acompanhamento de Salários, analisou os reajustes salariais de 309 unidades de negociação com data-base situada no primeiro semestre de 2008. O exame dos resultados dessas negociações revelou que em torno de 86% dos reajustes conquistados assegurou, no mínimo, a recomposição da variação da inflação acumulada em cada data-base segundo o INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trata-se de resultado inferior ao apurado nas negociações salariais firmadas nos primeiros semestres dos últimos dois anos. Ainda assim, esse patamar é mais favorável do que o verificado no período compreendido entre 1996 e 2004, no qual, em nenhum momento, a casa dos 80% foi transposta (Gráfico 1).

## GRÁFICO 1

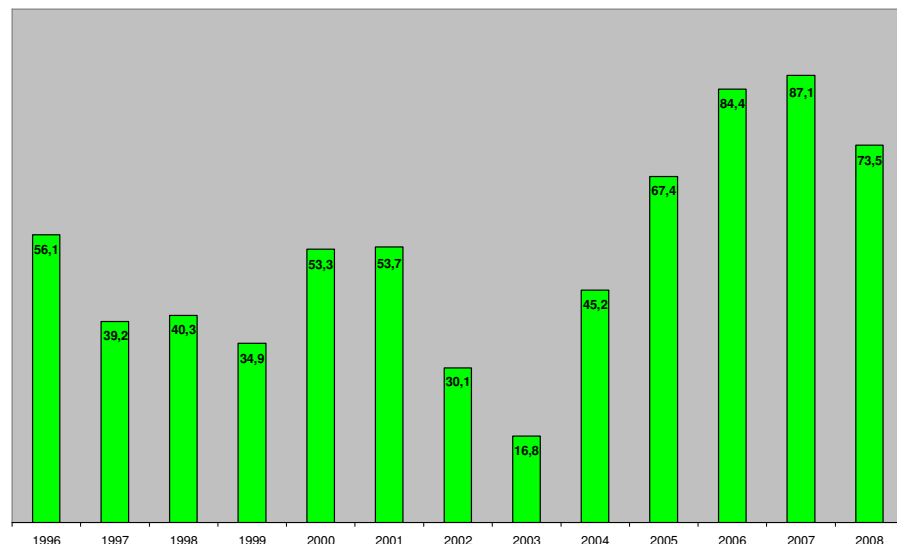
Percentual de reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC-IBGE Brasil - janeiro a junho de 1996 a 2008



Os dados do primeiro semestre deste ano indicam ainda que o percentual de negociações salariais capazes de agregar ganhos reais aos salários dos trabalhadores é o terceiro melhor da série de estudos, iniciada em 1996 (Gráfico 2).

## GRÁFICO 2

## Percentual de reajustes salariais superiores ao INPC-IBGE Brasil - janeiro a junho de 1996 a 2008



## Análise dos dados

Os dados apurados pelo SAS-DIEESE revelam que das 309 unidades de negociação consideradas no primeiro semestre deste ano, 14% delas apresentaram reajustes insuficientes para recuperar integralmente o valor de compra dos salários da data-base anterior. Esse percentual é superior aos 3% verificados no balanço dos reajustes salariais do mesmo período em 2007. Os reajustes iguais ao INPC-IBGE também ocorreram em maior proporção: se, no primeiro semestre de 2007, cerca de 10% das negociações analisadas obtiveram esses resultados, em 2008 esse percentual foi de 12%. Quanto aos reajustes com ganho real, a proporção reduziu-se de 87% para os atuais 74%.

## TABELA 1

## Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE Brasil - janeiro a junho de 2007 e 2008

Variação	2007		2008	
	nº	%	nº	%
<b>Acima do INPC</b>	<b>433</b>	<b>87,1</b>	<b>227</b>	<b>73,5</b>
Mais de 4,01% acima	15	3,0	1	0,3
De 3,01% a 4% acima	17	3,4	11	3,6
De 2,01% a 3% acima	63	12,7	19	6,1
De 1,01% a 2% acima	183	36,8	81	26,2
De 0,01% a 1% acima	155	31,2	115	37,2
<b>Igual ao INPC</b>	<b>47</b>	<b>9,5</b>	<b>38</b>	<b>12,3</b>
De 0,01% a 1% abaixo	16	3,2	39	12,6
De 1,01% a 2% abaixo	1	0,2	4	1,3
De 2,01% a 3% abaixo	0	-	1	0,3
<b>Abaixo do INPC</b>	<b>17</b>	<b>3,4</b>	<b>44</b>	<b>14,2</b>
<b>Total</b>	<b>497</b>	<b>100,0</b>	<b>309</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Ainda que tenha havido um aumento no número de negociações com reajustes inferiores ao INPC-IBGE, os dados revelam que a maior parte destes está concentrada nas faixas mais próximas à variação desse indicador. Cerca de 60% dos reajustes acordados foram até 0,5% inferiores ao índice de inflação, e quase 90% até 1% (Tabela 2).

**TABELA 2**  
**Distribuição dos reajustes salariais inferiores ao INPC-IBGE**  
**Brasil - janeiro a junho de 2008**

Variação	nº	%	% acumulado
De 0,01% a 0,5% abaixo	26	59,1	59,1
De 0,51% a 1% abaixo	13	29,5	88,6
De 1,01% a 1,5% abaixo	2	4,5	93,2
De 1,51% a 2% abaixo	2	4,5	97,7
De 2,01% a 2,5% abaixo	0	-	97,7
De 2,51% a 3% abaixo	1	2,3	100,0
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

Comportamento semelhante é observado entre as negociações com aumento real. Mais da metade dos reajustes superiores ao INPC-IBGE situaram-se na faixa entre 0,01% e 1,00% de aumento real e 86,0%, até 2,00% (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**Distribuição dos reajustes salariais superiores ao**  
**INPC-IBGE Brasil - janeiro a junho de 2008**

Variação	nº	%	% acumulado
De 0,01% a 0,50% acima	65	28,6	28,6
De 0,51% a 1,00% acima	50	22,0	50,7
De 1,01% a 1,50% acima	57	25,1	75,8
De 1,51% a 2,00% acima	24	10,6	86,3
De 2,01% a 2,50% acima	13	5,7	92,1
De 2,51% a 3,00% acima	6	2,6	94,7
De 3,01% a 3,50% acima	7	3,1	97,8
De 3,51% a 4,00% acima	4	1,8	99,6
De 4,01% a 4,50% acima	1	0,4	100,0
<b>Total</b>	<b>227</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

A proximidade entre os reajustes conquistados e a variação acumulada pela inflação dos 12 meses anteriores à data base pode ser verificada na Tabela 4. Utilizando uma variação de 0,4% acima e abaixo do INPC-IBGE como critério de arredondamento fica mais acentuada a característica de proximidade dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2008 com esse índice. Segundo o critério de arredondamento, aproximadamente 42% dos reajustes se igualaram à inflação e 52% obtiveram ganhos reais. Ainda de acordo com este critério, apenas 6% do total de negociações - 18 dos 309 documentos analisados - resultaram em percentuais insuficientes para zerar o efeito da inflação sobre a remuneração dos trabalhadores.

TABELA 4

**Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE (com arredondamento de 0,4% acima ou abaixo do INPC-IBGE) Brasil - janeiro a junho de 2008**

Varição	nº	%
<b>Acima do INPC</b>	<b>162</b>	<b>52,4</b>
Mais de 3,5% acima	5	1,6
De 2,5% a 3,4% acima	13	4,2
De 1,5% a 2,4% acima	37	12,0
De 0,5% a 1,4% acima	107	34,6
<b>Igual ao INPC (-0,4% a +0,4%)</b>	<b>129</b>	<b>41,7</b>
De 0,5% a 1,4% abaixo	15	4,9
De 1,5% a 2,4% abaixo	2	0,6
De 2,5% a 3,4% abaixo	1	0,3
<b>Abaixo do INPC</b>	<b>18</b>	<b>5,8</b>
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

### Setores econômicos

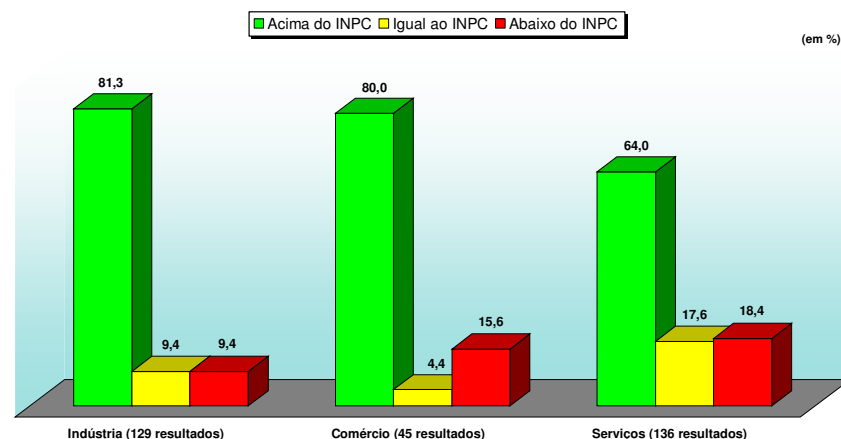
No primeiro semestre de 2008, o comércio e a indústria foram os setores que apresentaram a maior concentração de reajustes salariais superiores à variação da taxa de inflação: no mínimo, 80% das negociações de cada setor registraram aumentos reais. Considerando-se também os reajustes iguais ao INPC-IBGE,

chega-se à proporção de 91% das negociações da indústria e 84% das do comércio.

No setor de serviços foram encontrados os resultados mais modestos. A proporção de negociações com reajuste igual ou superior ao INPC-IBGE é pouco diferente dos demais setores, porém, os aumentos reais foram constatados em 64% dos acordos do setor, menor percentual do painel analisado (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

**Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por setor econômico Brasil – janeiro a junho de 2008**

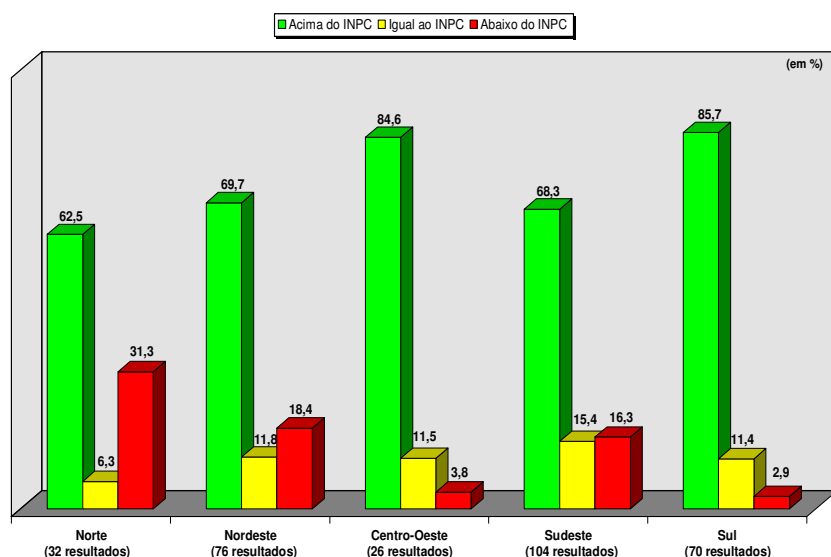


## Regiões Geográficas

A partir de um recorte regional, verifica-se que as regiões Sul e Centro-Oeste foram as que obtiveram os melhores resultados: aproximadamente 85% das unidades de negociação dessas regiões resultaram em reajustes superiores à inflação. A seguir, aparecem o Sudeste e o Nordeste, que obtiveram resultados positivos em praticamente 70% dos acordos analisados, e a região Norte, com ganhos reais em 63% dos casos. (Gráfico 4).

### GRÁFICO 4

#### Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, por região geográfica Brasil - janeiro a junho de 2008



## Datas-base

A distribuição dos reajustes salariais segundo o mês da data-base, revela maior freqüência de reajustes superiores ao INPC-IBGE nos três primeiros meses do ano – todos em proporção superior à média do semestre – e em maio, mês de concentração das negociações salariais de grandes categorias (Tabela 5). Os reajustes abaixo do INPC-IBGE foram mais comuns em janeiro, quando o índice de reposição das perdas salariais era o mais baixo do período, e na segunda metade do semestre.

Dessa forma, apenas em parte o comportamento dos reajustes salariais no período pode ser explicado pelo aumento das taxas inflacionárias. Deve-se considerar a ocorrência de outros fatores no desempenho das negociações. É preciso levar em conta, também, a disparidade de informações registradas em alguns meses do período – em especial, os de fevereiro, abril e junho. Isso faz com que cada informação de reajuste referente a essas datas-base tenha um peso maior do que a das demais, dificultando a análise comparativa.

TABELA 5

**Distribuição dos reajustes salariais por data-base, em comparação com o INPC-IBGE Brasil - janeiro a junho de 2008**

Variação	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Acima do INPC	38	74,5	23	82,1	62	79,5	21	63,6	76	71,7	7	53,8	227	73,5
Igual ao INPC	5	9,8	4	14,3	9	11,5	7	21,2	11	10,4	2	15,4	38	12,3
Abaixo do INPC	8	15,7	1	3,6	7	9,0	5	15,2	19	17,9	4	30,8	44	14,2
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>33</b>	<b>100</b>	<b>106</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>309</b>	<b>100</b>

Fonte: DIEESE

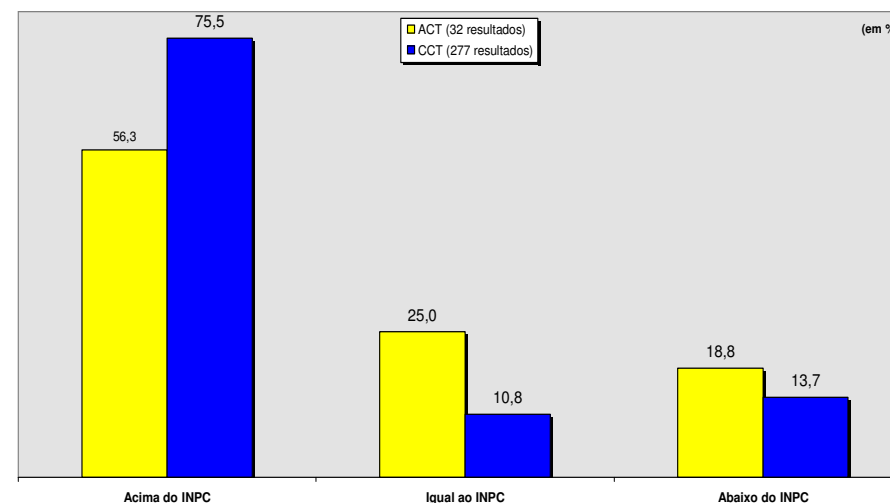
## Acordos e convenções coletivas de trabalho

O exame dos reajustes segundo a natureza dos documentos<sup>§</sup> revela que as negociações formalizadas em convenções coletivas de trabalho apresentaram melhores resultados do que aquelas formalizadas em acordos coletivos. Entre as convenções coletivas, 76% conseguiram superar a inflação acumulada até a data-base; no caso dos acordos, essa proporção cai para 56% (Gráfico 5).

<sup>§</sup> Os tipos de documentos são: 1) Convenção Coletiva de Trabalho – documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas de trabalhadores e entidades sindicais representativas de empresas e 2) Acordo Coletivo de Trabalho - documento que resulta das negociações coletivas de trabalho realizadas entre entidades sindicais representativas de trabalhadores e uma empresa ou conjunto de empresas.

GRÁFICO 5

**Distribuição de acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho em comparação com o INPC-IBGE Brasil - janeiro a junho de 2008**



## Modalidades especiais das negociações salariais

A aplicação de escalonamento, o abono salarial e o parcelamento do reajuste são o foco da Tabela 6 e do Gráfico 6, a seguir.

Os reajustes escalonados estiveram presentes em aproximadamente 10% dos registros. Essa modalidade de reajuste – concessão de reajustes diferenciados segundo faixas salariais – tem se mantido em patamares semelhantes desde 2003, em torno de 10% das negociações acompanhadas.

A concessão de reajustes salariais combinados com o pagamento de abono salarial – prêmio não incorporável aos vencimentos regulares dos trabalhadores – foi uma prática aplicada em apenas 6% das unidades de negociação, o que representa, também, a manutenção dos patamares observados nos últimos balanços semestrais.

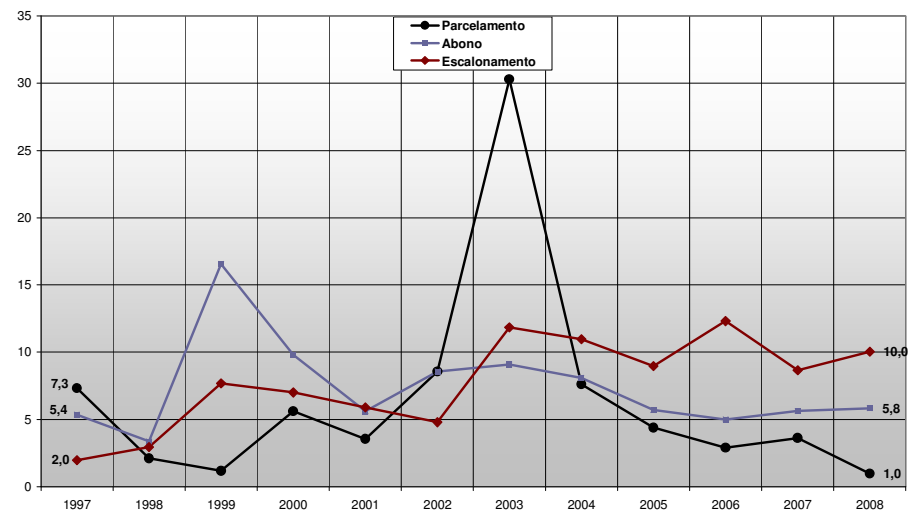
Quanto ao parcelamento dos reajustes, mais freqüentes em épocas de inflação alta, estiveram restritos a apenas 3 categorias profissionais.

**TABELA 6**  
**Número e porcentagem de casos de parcelamento e escalonamento de reajustes e de concessão de abono salarial Brasil - janeiro a junho de 2008**

Condição	nº	%
<b>Total de escalonamentos</b>	<b>31</b>	<b>10,0</b>
Escalonamento sem abono salarial	25	8,1
Abono salarial sem escalonamento	14	4,5
Abono salarial e escalonamento	4	1,3
<b>Total de abonos salariais</b>	<b>18</b>	<b>5,8</b>
<b>Total de parcelamentos</b>	<b>3</b>	<b>1,0</b>

Fonte: DIEESE

**GRÁFICO 6**  
**Freqüência dos casos de parcelamento e escalonamento de reajustes e de concessão de abonos salariais Brasil - janeiro a junho de 1997 a 2008**



## ICV-DIEESE

A análise dos reajustes salariais segundo o Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) mostra um quadro mais favorável aos trabalhadores brasileiros. Segundo esse indicador, cerca de 98% das negociações salariais obtiveram ganhos acima da inflação e apenas 2% ficaram abaixo (Tabela 7).

A diferença decorre do fato de o ICV-DIEESE ter registrado variações menores nos preços do que as registradas pelo INPC-IBGE.

**TABELA 7**  
**Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o**  
**ICV-DIEESE Brasil - janeiro a junho de 2008**

Variação	nº	%
<b>Acima do ICV</b>	<b>302</b>	<b>97,7</b>
Mais de 5% acima	1	0,3
De 4,01% a 5% acima	14	4,5
De 3,01% a 4% acima	15	4,9
De 2,01% a 3% acima	59	19,1
De 1,01% a 2% acima	129	41,7
De 0,01% a 1% acima	84	27,2
<b>Igual ao ICV</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
De 0,01% a 1% abaixo	6	1,9
De 1,01% a 2% abaixo	1	0,3
<b>Abaixo do ICV</b>	<b>7</b>	<b>2,3</b>
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

### Considerações finais

Nos últimos anos, os trabalhadores brasileiros têm gozado de um cenário favorável à negociação coletiva que resulta, principalmente, do crescimento econômico, da expansão no nível de emprego e da inflação controlada, num contexto político democrático. A junção desses fatores, entre outros particulares a

cada setor, segmento ou categoria profissional, tem influído no crescimento do poder de barganha das entidades sindicais de trabalhadores e se reflete nos bons resultados dos balanços de reajustes salariais publicados pelo Departamento.

Com a elevação dos preços de determinados produtos observada nos últimos meses, as negociações salariais foram afetadas, embora, como os dados revelam, não intensamente. No entanto, qualquer análise com pretensão de projetar linhas de tendências de médio e longo prazo é precipitada, dada a ainda recente manifestação do fenômeno. Sabe-se que a aceleração dos preços é um fenômeno mundial e tem afetado somente parte das mercadorias comercializadas. Porém, se é um fenômeno de longa duração ou quanto e como afetará os países, em conjunto e individualmente, isto ainda é incerto. A propósito dessa incerteza, registre-se a acentuada queda dos preços do petróleo e commodities no mercado internacional, que já se reflete nos indicadores de preços internos.

No Brasil, as altas do ICV-DIEESE e INPC-IBGE foram impulsionadas pelos aumentos dos preços dos produtos alimentícios – tais como feijão, farinha de trigo, óleo de soja, carne e arroz – e derivados do petróleo – o que inclui alguns insumos agrícolas – sem contaminação para os demais preços do mercado. Dados mais recentes apontam certa acomodação dos preços, sugerindo mais a existência de um realinhamento de preços do que um processo de descontrole inflacionário.

Na comparação entre os primeiros semestres de 1996 a 2008, o presente ano revela o terceiro melhor resultado da série. É preciso lembrar que um fator da maior importância para o bom desempenho das negociações coletivas de trabalho é o comportamento das vendas e dos lucros das empresas, impulsionados pelo crescimento da economia. A previsão para o

segundo semestre de 2008 é de continuidade do bom desempenho apurado até o momento. Os indicadores econômicos do primeiro semestre foram bastante favoráveis e, mesmo na hipótese de uma ligeira retração no segundo semestre, devem confirmar um ano de excelentes resultados. Em conjunturas como essa, há margem, não só para a preservação do poder de compra dos salários, mas também para a conquista de aumentos reais \*\*.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Estudos e Pesquisas N.º 42 -** [Acesse www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

\*\* DIEESE – Nota Técnica nº 73, Inflação e Campanhas Salariais

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## 2 – CONJUNTURA ECONÔMICA

O IBGE divulgou em setembro último, o PIB (Produto Interno Bruto) trimestral. O indicador cresceu 1,6% na comparação do 2º trimestre de 2008, contra o 1º trimestre do ano. O resultado alcançado fez com que os analistas e até mesmo o governo mudassem as projeções para cima de crescimento em 2008.

Em valores, o PIB do 2º trimestre de 2008 alcançou R\$ 716,9 bilhões, sendo R\$ 608,57 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 108,4 bilhões aos impostos.

O crescimento do PIB foi de 1,6% em relação ao trimestre imediatamente anterior. O maior destaque nesta comparação foi a Agropecuária com crescimento de 3,8%, seguida pelos Serviços que registraram elevação de 1,3% e pela Indústria com variação de 0,9%.

Pelo lado da demanda interna, destacou-se o crescimento da formação bruta de capital fixo (FBKF) de 5,4% no segundo trimestre deste ano, após oito trimestres consecutivos crescendo nessa base de comparação. A despesa do consumo das famílias cresceu 1%, seguida da despesa de Consumo da Administração Pública com variação de 0,3%. Já pelo lado do setor externo, as exportações de bens e serviços apresentaram crescimento de 8,5% e as importações de bens e serviços 8,4%.

Na comparação com igual período do ano anterior, o PIB avançou 6,1%. O valor adicionado a preços básicos apresentou crescimento de 5,7% e os impostos sobre produtos uma elevação de 8,5%. A elevação de volume dos impostos sobre produtos deve-se principalmente ao desempenho das importações de bens e serviços que provocaram um aumento no volume do imposto sobre importação.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Dentre os setores que contribuíram para a geração do valor adicionado, destacaram-se a Agropecuária com uma taxa de crescimento de 7,1%, seguida pela Indústria com elevação de 5,7% e pelos Serviços que apresentaram crescimento de 5,5% na comparação com o mesmo trimestre de 2007.

O bom desempenho da Agropecuária pode ser em grande parte, explicada pelo desempenho de alguns produtos importantes que possuem safra relevante no trimestre, como por exemplo o café em grão, milho, arroz em casca e da soja, com estimativas de crescimento na produção no ano de 2008 de 27,7%, 12,8%, 9,6% e 3,6% respectivamente.

No setor industrial, o destaque foi a Construção Civil, apresentando uma taxa de crescimento de 9,9%, beneficiada pelo aumento de 5,0% da população ocupada no setor (segundo a PME) e pelo crescimento nominal de 26,7% de operações de crédito para o setor da habitação (BACEN) .

A Indústria extrativa apresentou aumento de 5,3% em grande parte decorrência do aumento de 5,1% da produção de petróleo e gás, água, esgoto e limpeza urbana com 4,5% de crescimento.

O setor de Serviços apresentou crescimento de 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os maiores destaques foram para intermediação financeira e seguros 12,7%; Serviços de informação 9,7%; Comércio (atacadista e varejista) com uma taxa positiva de 8,9%, seguida por transporte, Armazenagem e correio 4,4% e outros serviços 4,0%.

Dentre os componentes da demanda interna , o maior destaque foi o crescimento de 16,2% da formação bruta de capital fixo, registrando a décima oitava alta consecutiva na comparação

com igual período do ano anterior. A taxa de investimento sobre o PIB de 18,7%, foi a maior já registrada para o período desde 2000. Dentro dos investimentos, o destaque foi a Construção Civil, que conforme citado anteriormente, foi favorecida pelas obras públicas e pelo crédito habitacional. Vale destacar, que por se tratar de ano eleitoral, o número de obras públicas aumenta significativamente.

Os investimentos subiram também sob efeito da expansão de 41,3% do crédito para empresas e do fim da greve da receita federal no segundo trimestre.

O consumo das famílias alcançou a taxa de 6,7%, o décimo nono crescimento nessa comparação. Um dos fatores que contribuíram para este resultado foi a elevação de 8,1% da massa salarial real. Além disso, houve um crescimento, em termos nominais, de 32,9% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para pessoas físicas. Já a despesa de consumo da Administração Pública apresentou crescimento de 5,3% no segundo trimestre de 2008 na comparação com o mesmo período de 2007.

Pelo lado da demanda externa, as exportações de bens e serviços registraram crescimento de 5,1% no período, após uma queda no trimestre anterior quando se iniciou a greve da receita federal. As importações de bens e serviços também apresentaram mais uma vez elevação nesta comparação, da ordem de 25,8%, o décimo nono crescimento seguido, desde o quarto trimestre de 2003. Os destaques da pauta de importação foram: máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, produtos da extrativa mineral, siderurgia, veículos automotores, têxtil. Cabe registrar que desde o primeiro trimestre de 2006 que o crescimento das importações de bens e serviços supera os

das exportações de bens e serviços na mesma base de comparação.

O desempenho favorável do PIB no segundo trimestre gerou uma onda de elevações das estimativas para crescimento de 2008. Se antes a maior parte dos analistas projetava uma expansão em torno de 4,8%, agora predominam as projeções na casa de 5,3%, muito próximas do 5,4% do ano passado. A expectativa é de que o impacto do ciclo de alta de juros iniciado em abril gere efeitos mais fortes apenas no quarto trimestre.

È possível que o aprofundamento da crise externa não exerça grandes problemas neste ano, o temor maior é quanto aos efeitos em 2009, especialmente se houver queda nos preços das commodities. A aposta dominante, porém, é de que o Brasil sofrerá pouco com o cenário internacional mais adverso, por ser uma economia fechada e ter uma situação externa confortável.

Na avaliação do ministro da fazenda, Guido Mantega, o crescimento da economia em 2008, terá um desempenho muito próximo ao de 2007, quando registrou avanço de 5,4%. Esse comportamento, se confirmado, supera a expectativa do governo de o PIB se expandir em 5,0% neste ano. “É um crescimento com qualidade porque há desaceleração da inflação,” disse Mantega.

Para o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o resultado do PIB “Renova o diagnóstico de que o Brasil vive hoje um ciclo sustentado de crescimento”. Na sua avaliação, esse resultado está “alicerçado na opção pela estabilidade de preços. O crescimento do PIB trimestral vem mantendo taxas robustas, evidenciando expansão disseminada pelos vários setores produtivos.”

**Fonte: IBGE e IMPRENSA**

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## INDICADORES ECONÔMICOS

### 3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, em agosto, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.911 mil pessoas, 22 mil a menos do que no mês anterior. (Tabela 1). **A taxa de desemprego total** manteve-se praticamente estável 14,5% (Tabela 2), porém, é a menor taxa para este mês desde 1998. Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto passou de 9,8% para 9,6% e de desemprego oculto (4,8%) não variou. **A taxa de participação** passou de 61,7% para 61,8%, entre julho e agosto.

**TABELA 1**  
**Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade Regiões Metropolitanas e no DF Agosto de 2008**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações				
			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)		
	Ago-07	Jul-08	Ago-08	Ago-08/ Jul-08	Ago-08/ Ago-07	Ago-08/ Jul-08	Ago-08/ Ago-07
População em Idade Ativa	31.925	32.490	32.547	57	622	0,2	1,9
População Economicamente Ativa	19.366	20.056	20.128	72	762	0,4	3,9
Ocupados	16.339	17.123	17.217	94	878	0,5	5,4
Desempregados	3.027	2.933	2.911	-22	-116	-0,8	-3,8
Em Desemprego Aberto	2.052	1.968	1.940	-28	-112	-1,4	-5,5
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	663	650	648	-2	-15	-0,3	-2,3
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	311	315	322	7	11	2,2	3,5

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

No mês em análise, o **nível de ocupação** variou positivamente (0,5%), em comportamento típico para o período. O número de postos de trabalho criados (94 mil) superou o de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (72 mil), o que resultou no decréscimo do contingente de desempregados (22 mil). O total de ocupados nas seis regiões foi estimado em 17.217 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 20.128 mil.

O movimento da taxa de desemprego total resultou de comportamentos diferenciados entre as regiões pesquisadas: redução em Porto Alegre, Salvador e Recife; e relativa estabilidade em São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal (Tabela 2).

TABELA 2

## Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF

Regiões Metropolitanas	Em porcentagem				
	Ago-07	Jul-08	Ago-08	Ago-08/ Jul-08	Ago-08/ Ago-07
<b>Total</b>	15,6	14,6	14,5	-0,7	-7,1
Distrito Federal	18,1	15,8	15,9	0,6	-12,2
Belo Horizonte	11,8	9,6	9,7	1,0	-17,8
Porto Alegre	13,4	11,9	11,3	-5,0	-15,7
Recife	19,5	21,6	21,3	-1,4	9,2
Salvador	21,8	20,4	19,9	-2,5	-8,7
São Paulo	15,0	14,1	14,0	-0,7	-6,7

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais

Em agosto, o nível de ocupação cresceu em Salvador (1,6%), Porto Alegre (1,4%), Belo Horizonte (1,1%) e Recife (1,0%) e apresentou relativa estabilidade no Distrito Federal (0,1%) e em São Paulo (0,1%).

Segundo os principais setores de atividade, o nível ocupacional cresceu na **Construção Civil** (24 mil novas ocupações, ou 2,6%), nos **Serviços** (75 mil, ou 0,8%) e no **Comércio** (11 mil,

ou 0,4%), ficou estável na **Indústria** (+1 mil) e diminuiu no agregado **Outros Setores** (17 mil, ou 1,1%) (Tabela 3).

TABELA 3

## Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Ago-07	Jul-08	Ago-08	Ago-08/ Jul-08	Ago-08/ Ago-07	Ago-08/ Jul-08	Ago-08/ Ago-07
<b>Total</b>	16.339	17.123	17.217	94	878	0,5	5,4
Indústria	2.675	2.698	2.699	1	24	0,0	0,9
Comércio	2.622	2.817	2.828	11	206	0,4	7,9
Serviços	8.723	9.159	9.234	75	511	0,8	5,9
Construção Civil (1)	849	922	946	24	97	2,6	11,4
Outros (2)	1.470	1.527	1.510	-17	40	-1,1	2,7

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(2) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Por **posição na ocupação**, aumentou o assalariamento total (1,1%), resultante de seu crescimento no setor privado (1,4%), apesar da redução no público (0,7%). O desempenho do setor privado refletiu no aumento do número de assalariados com e sem carteira de trabalho assinada (1,2% e 1,9%, respectivamente). Diminuíram os contingentes de empregados domésticos (2,1%) e de trabalhadores autônomos (1,7%) e cresceu o daqueles classificados nas demais posições ocupacionais (4,0%) (Tabela 4).

Em julho de 2008, no conjunto das regiões pesquisadas, diminuíram os **rendimentos médios** reais de ocupados (0,5%) e assalariados (1,4%). Em termos monetários, seus valores passaram a corresponder a R\$ 1.156 e R\$ 1.229, respectivamente.

O rendimento médio real dos ocupados reduziu-se em São Paulo (1,8%, passando a valer R\$ 1.193) e em Recife (1,8%, R\$ 717), permaneceu relativamente estável no Distrito Federal (0,2%, R\$ 1.690) e em Porto Alegre (0,2%, R\$ 1.146) e

aumentou em Belo Horizonte (3,6%, R\$ 1.144) e em Salvador (0,7%, R\$ 946).

**TABELA 4**  
**Estimativas de Ocupados por posição na ocupação**

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Ago-07	Jul-08	Ago-08	Ago-08/ Jul-08	Ago-08/ Ago-07	Ago-08/ Jul-08	Ago-08/ Ago-07
	Total	16.339	17.123	17.217	94	878	0,5
Total de Assalariados	10.748	11.396	11.522	126	774	1,1	7,2
Setor Privado	8.932	9.497	9.626	129	694	1,4	7,8
Com Carteira Assinada	7.068	7.564	7.656	92	588	1,2	8,3
Sem Carteira Assinada	1.864	1.934	1.971	37	107	1,9	5,7
Setor Público	1.814	1.905	1.892	-13	78	-0,7	4,3
Autônomos	3.017	3.100	3.048	-52	31	-1,7	1,0
Empregados Domésticos	1.339	1.392	1.363	-29	24	-2,1	1,8
Demais Posições (1)	1.235	1.235	1.284	49	49	4,0	4,0

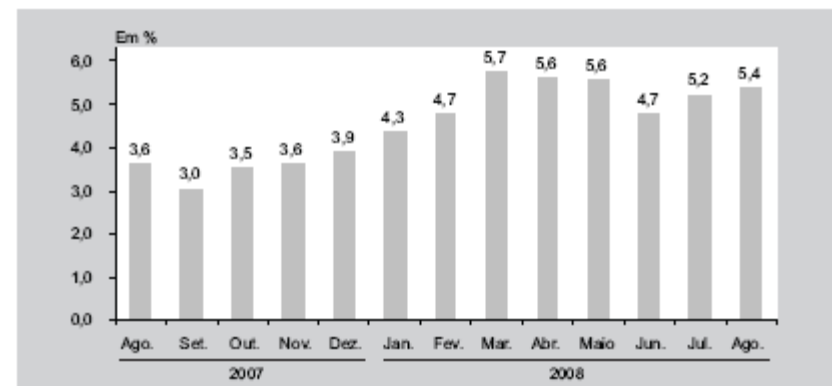
Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Em relação a agosto de 2007, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas aumentou 5,4%, variação semelhante à verificada no mês anterior e superior ao mesmo mês do ano passado (Gráfico 2). Nesse período, foram gerados 878 mil postos de trabalho, número maior que o de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (762 mil), o que reduziu o contingente de desempregados em 116 mil pessoas. A **taxa de participação** elevou-se de 60,7% para 61,8%, entre agosto de 2007 e de 2008.

O nível de ocupação cresceu em todas as regiões pesquisadas, embora com intensidades diferenciadas: 8,3% em Porto Alegre; 7,2% no Distrito Federal; 6,8% em Recife; 6,2% em Belo Horizonte; 4,5% em São Paulo; e 3,4% em Salvador.

**GRÁFICO 1**  
**Variação Anual <sup>(1)</sup> da Ocupação Regiões Metropolitanas <sup>(2)</sup> 2007-2008**



Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

O número de postos de trabalho aumentou nos principais setores de atividade analisados: 511 mil nos **Serviços** (5,9%), 206 mil no **Comércio** (7,9%), 97 mil na **Construção Civil** (11,4%), 40 mil nos **Outros Setores** (2,7%) e 24 mil na **Indústria** (0,9%).

Por **posição na ocupação**, cresceu o assalariamento no setor privado (694 mil pessoas), principalmente pela contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (588 mil) e, em menor proporção, dos sem carteira (107 mil). Também aumentou o emprego no setor público (78 mil pessoas), entre os autônomos (31 mil), os empregados domésticos (24 mil) e aqueles classificados nas demais posições (49 mil).

Nos últimos 12 meses, a **taxa de desemprego** total no conjunto das regiões onde a PED é realizada diminuiu de 15,6% para 14,5%, devido às reduções nas taxas de desemprego aberto (de 10,6% para 9,6%) e oculto (de 5,0% para 4,8%).

A retração da taxa de desemprego total foi observada em quase todas as regiões pesquisadas, com destaque para Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal. Apenas em Recife essa taxa aumentou (Tabela 2).

Entre julho de 2007 e de 2008, o **rendimento médio** real dos ocupados no conjunto das regiões pesquisadas cresceu 4,1%. Essa variação refletiu os aumentos verificados em Belo Horizonte (12,3%), Salvador (8,3%), Distrito Federal (5,0%), Porto Alegre (4,1%) e São Paulo (2,1%). Em Recife esse rendimento apresentou redução de 2,1%.

Quanto ao **mercado de trabalho formal**<sup>††</sup> brasileiro, em agosto de 2008, foram gerados **239.123** postos de trabalho celetistas, resultando no crescimento de 0,78% em relação ao estoque do mês anterior. Nos oito primeiros meses do ano, o montante de empregos criados atingiu 1.803.729, resultado recorde da série histórica para o período, situando-se 33% acima do saldo ocorrido em 2007 de 1.355.824. Nos últimos 12 meses, foram registrados pela primeira vez na série histórica do Caged a geração de empregos superior a dois milhões de celetistas (2.065.297 postos ou + 7,19%).

Setorialmente, os dados mostram uma expansão quase generalizada do emprego no mês de agosto, com destaque para os **Serviços** (95.191 postos ou + 0,8%), **Indústria da**

<sup>††</sup> O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

**Transformação** (54.756 ou +0,74%), **Comércio** (54.159 ou 0,82%) e a **Construção Civil** (35.882, ou + 2,04%).

No que diz respeito à **Indústria da Transformação**, observa-se que onze dos doze ramos industriais elevaram o número de postos de trabalho em agosto, cabendo destacar o desempenho da **Indústria de Produtos Alimentícios** (16.237 postos) e **Indústria Têxtil e do Vestuário** (7.945 postos)). Por outro lado, a Indústria da Borracha, Fumo e Couros, por motivos sazonais, respondeu pelo declínio de 1.190 postos (-0,36%) redução menor que a verificada em igual período de 2007, (-4.416 vagas ou -1,37%). Em termos de longo prazo (últimos 12 meses), período utilizado para contornar a sazonalidade, verifica-se que o segmento da Borracha, Fumo e Couros evidenciou expansão no nível de emprego (12.082 postos ou 3,81%).

**TABELA 5**  
**Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores**  
**Selecionados - Brasil 2007 – 2008**

SETORES E SUBSETORES	SALDO <sup>1</sup> DE EMPREGOS JAN/AGO 2007	SALDO <sup>1</sup> DE EMPREGOS JAN/AGO 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
<b>IND. EXTRAT. MINERAL</b>	<b>8.110</b>	<b>11.402</b>	<b>40,59</b>
<b>IND. TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>367.904</b>	<b>409.972</b>	<b>11,43</b>
PROD.MIN NÃO MET	8.862	16.431	85,41
METALURGICA	39.593	49.822	25,84
MECÂNICA	32.420	40.802	25,85
MAT ELET. COMUM	10.631	19.712	85,42
MAT TRANSPORTE	37.500	39.849	6,26
MAD E MOBILIÁRIO	9.469	158	-98,33
PAP. PAPELÃO. EDIT	6.609	12.251	85,37
BOR. FUM. COUROS	10.672	14.467	35,56
QUIM. PR.FARM. VET	23.334	31.817	36,35
TÊXTIL, VESTUÁRIO	42.041	44.880	6,75
CALÇADOS	14.524	30.237	108,19
PROD ALIMENT. BEB	132.249	109.546	-17,17
<b>SERV.IND. UT. PUB</b>	<b>6.465</b>	<b>9.523</b>	<b>47,30</b>
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>142.743</b>	<b>268.113</b>	<b>87,83</b>
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>525.222</b>	<b>699.010</b>	<b>33,09</b>

Fonte: MTE/CAGED

(1) Representa a diferença entre admitidos e desligados.

Em agosto, segundo recorte geográfico, as informações do Caged indicam que a expansão do emprego foi generalizada nas Grandes Regiões, com duas delas apresentando recorde na geração de empregos: Norte (+12.944 postos ou +1,03%) e Sudeste (+124.447 postos ou +0,73%). As demais regiões obtiveram o segundo melhor desempenho em termos absolutos na série do Caged para o período, sendo superado apenas pelo ocorrido no ano de 2004: Nordeste (54.311 postos ou +1,27%, o segundo maior saldo e a maior taxa de crescimento do mês

dentre as grandes regiões), Sul (+31.660 postos ou +0,56%) e Centro-Oeste (+15.761 postos ou + 0,72%).

Entre as Unidades da Federação, merecem destaque o estado de São Paulo, com a criação de 83.592 postos (+ 0,81%) em agosto, seguido de Minas Gerais (+19.770 postos ou +0,59%), Rio de Janeiro (+17.565 postos ou +0,60%), todos revelando saldo recorde no período, Paraná (+14.695 postos ou +0,71%) e Pernambuco (+13.367 postos ou +1,58%), apresentando o segundo melhor resultado do período, sendo inferior apenas às elevações de empregos ocorridas em agosto de 2004 (+18.952 postos e 17.554 postos respectivamente). Por outro lado, o estado de Roraima desativou 72 postos de trabalho (-0,27%), decorrente principalmente do desempenho negativo dos setores da Agropecuária (-85 postos ) e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (-69 postos).

**TABELA 6**  
**Evolução do Emprego por Nível Geográfico - Brasil,**  
**Regiões e UF's - 2007-2008**

UF's	SALDO <sup>1</sup> DE EMPREGOS JAN/AGO 2007	SALDO <sup>1</sup> DE EMPREGOS JAN/AGO 2008	VARIAÇÃO 2008/2007 (%)
<b>Norte</b>	57.385	56.824	-0,98
Acre	725	2.118	192,14
Amazonas	17.470	22.378	28,09
Amapá	1.304	1.458	11,81
Pará	20.963	18.273	-12,83
Rondônia	8.664	6.106	-29,52
Roraima	838	296	-64,68
Tocantins	7.421	6.195	-16,52
<b>Nordeste</b>	83.589	122.134	-46,11
Alagoas	-31.361	-36.256	-15,61
Bahia	49.512	57.633	16,40
Ceará	20.337	31.059	52,72
Maranhão	13.614	20.991	54,19
Paraíba	3.991	5.635	-41,19
Pernambuco	11.998	15.319	-27,68
Piauí	3.954	9.579	142,26
Rio Grande do Norte	7.885	12.035	52,63
Sergipe	3.659	61.139	1570,92
<b>Sudeste</b>	879.234	1.151.660	30,98
Espírito Santo	22.142	36.448	64,61
Minas Gerais	170.920	270.103	58,03
Rio de Janeiro	81.541	119.707	46,81
São Paulo	604.631	725.402	19,97
<b>Sul</b>	221.262	304.827	37,77
Paraná	117.319	137.492	17,19
Rio Grande do Sul	46.966	90.783	93,30
Santa Catarina	56.977	76.552	34,36
<b>Centro-Oeste</b>	114.354	168.284	47,16
Distrito Federal	6.479	25.469	293,10
Goiás	56.138	76.654	36,55
Mato Grosso	35.464	43.094	21,51
Mato Grosso do Sul	16.273	23.067	41,75

Fonte: MTE/CAGED

(1) Saldo - Representa a diferença entre admitidos e desligados.

### 3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares. Em agosto, o ICV-DIEESE apresentou aumento de 0,32%, o que corresponde a 0,55 ponto percentual (pp) abaixo da taxa de julho (0,87%). **Habitação** (1,35%), **Educação e Leitura** (0,75%) e **Transporte** (0,25%), foram os grupos que mais pressionaram o ICV-DIEESE, com contribuição conjunta em seu cálculo de 0,40 pp. Este aumento foi compensado em grande parte pela queda ocorrida na **Alimentação** (-0,29%). (Tabela 1).

A queda verificada na **Alimentação (-0,29%)** foi maior para o subgrupo referente aos produtos *in natura e semi-elaborados (-0,73%)*, seguida da *indústria alimentícia (-0,20%)*. A *alimentação fora do domicílio (0,56%)* apresentou ligeira alta.

A *indústria alimentícia (-0,20%)* registrou pouca alteração em seus valores. Podem ser destacadas as seguintes quedas: óleos (-4,43%), trigo (-4,26%), leites longa vida (-4,14%) e em pó (-1,45%).

Por outro lado, a *alimentação fora do domicílio (0,56%)* foi o único subgrupo da **Alimentação** com aumento em seus preços, que foi maior para as *refeições principais (0,68%)* e menor para *os lanches (0,39%)*.

Os grupos: **Vestuário (-0,22%)**, **Equipamento Doméstico (-0,43%)** e **Recreação (-0,59%)** apresentaram deflação em seus valores. Como estas despesas representam em média 7,63%

dos gastos familiares, estas pequenas quedas colaboraram com apenas -0,03 pp no cálculo do ICV de agosto.

Na **Habitação**, as taxas foram maiores para os subgrupos: *locação, impostos e condomínio (1,46%)* e *operação do domicílio (1,45%)* e menor para a *conservação (0,77%)*. Neste grupo, os itens com maiores taxas positivas foram: *condomínio (2,27%)*, *telefonia (3,01%)* e *serviço doméstico (3,83%)*.

Os cursos universitários (2,34%) e pré-vestibulares (1,91%) agravaram a taxa do grupo **Educação e Leitura**. Por outro lado, o aumento nos cigarros (0,94%) colaborou para a inflação das **Despesas Pessoais**; já no **Transporte**, foi o subgrupo *individual (0,36%)* que pressionou o aumento, consequência do reajuste no álcool (1,38%).

**TABELA 1**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxas, contribuições e ponderações Por grupos e**  
**subgrupos Município de São Paulo - agosto de 2008**

Grupos e subgrupos	Variação (%)	Contribuição (pp)	Ponderação (%)
Total Geral	0,32	0,32	100,00
. Habitação	1,35	0,30	22,51
. . Locação, impostos e condomínio	1,46	0,09	6,03
. . Operação do domicílio	1,45	0,19	13,05
. . Conservação do domicílio	0,77	0,03	3,44
. Educação e Leitura	0,75	0,06	7,62
. . Educação	0,79	0,06	7,15
. . Leitura	0,00	0,00	0,47
. Transporte	0,25	0,04	15,89
. . Individual	0,36	0,04	11,22
. . Coletivo	0,00	0,00	4,67
. Despesas Pessoais	0,68	0,02	3,56
. . Higiene e Beleza	0,52	0,01	2,14
. . Fumo e Acessórios	0,93	0,01	1,42
. Alimentação	-0,29	-0,08	28,38
. . <i>In natura</i> e semi-elaborados	-0,73	-0,09	12,64
. . Indústria da alimentação	-0,20	-0,02	10,29
. . Fora do domicílio	0,56	0,03	5,44

Fonte: DIEESE

Os **Alimentos**, em agosto, apresentaram queda em seus valores, da ordem de -0,29%. Esta diminuição, certamente, não é percebida pelo consumidor, dado que os preços destes produtos continuam muito caros. Observam-se ainda grandes diferenças nos valores cobrados entre os diversos supermercados pesquisados no município de São Paulo, como mostra a Tabela 2.

No caso dos alimentos apontados na tabela abaixo, chama atenção as diferenças percentuais entre o preço mínimo e máximo que, em alguns produtos, chegam a ser superiores a 100%, como observado no frango (155,90%), músculo (105,65%) e açúcar (104,76%).

**TABELA 2**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Preços de alguns alimentos em supermercados**  
**Mínimos, médios, máximos e diferenças %**  
**Município de São Paulo - agosto de 2008**

Produtos	Mínimo	Médio	Máximo	Diferença
	R\$	R\$	R\$	(%)
Arroz tipo 1 - 5 Kg	9,77	11,33	13,51	38,28
Feijão cariocinha - Kg	4,28	5,19	6,24	45,79
Leite longa vida integral - 1 Lt	1,39	1,79	2,08	49,64
Óleo de soja - Liza - 900 ml.	2,57	2,95	3,29	28,02
Óleo de soja - Soya - 900 ml	1,91	2,88	3,28	71,73
Açúcar refinado - União - 1 Kg	0,63	1,08	1,29	104,76
Frango resfriado - inteiro - Kg	1,95	3,66	4,99	155,90
Carne bovina de 1ª - contra-filé - Kg	10,49	13,96	18,69	78,17
Carne bovina de 1ª - lagarto - Kg	8,29	11,77	16,39	97,71
Carne bovina de 2ª - acém - Kg	6,90	9,73	13,59	96,96
Carne bovina de 2ª - músculo - Kg	6,90	9,74	14,19	105,65

Fonte: DIEESE

Nos últimos 12 meses - entre setembro de 2007 e agosto de 2008 - o ICV-DIEESE acumula alta de 6,97%. Ao se considerar os diferentes estratos, estas taxas são maiores para as famílias de menor aquisitivo e se reduzem nos dois estratos subsequentes: estrato 1, 8,84%; estrato 2, 7,52% e estrato 3, 6,23%.

Nos oito meses de 2008 – entre janeiro e agosto - a inflação foi de 4,85%. As variações acumuladas por estrato seguem o

mesmo comportamento que para o acumulado anual, sendo maior para o 1º estrato (5,87%), seguido do 2º (5,03%) e com menor variação no 3º (4,49%). (Tabela 5)

Os aumentos verificados em 12 meses deram-se de maneira bastante heterogênea entre os grupos que compõem o ICV-DIEESE. Para uma inflação da ordem de 6,97%, as maiores altas foram apuradas na **Alimentação (15,07%)**, **Habitação (7,29%)** e **Despesas Pessoais (7,01%)**. Já as menores variações foram detectadas nos grupos: **Equipamento Doméstico (-2,52%)**, **Vestuário (-0,31%)** e **Transporte (2,11%)**.

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda<sup>##</sup> para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 3.

<sup>##</sup> O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

**TABELA 3**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo**

Índices	jul/08 (%)	ago/08 (%)	Diferença (pp)
Geral	0,87	0,32	-0,55
Estrato 1	1,22	0,05	-1,17
Estrato 2	0,95	0,19	-0,76
Estrato 3	0,73	0,44	-0,29

Fonte: DIEESE

Elaboração SS DIEESE CNTI

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

A variação da taxa em agosto foi de 0,28%, ficando 0,25 ponto percentual abaixo do resultado de 0,53% de julho. Com este resultado o índice situou-se em 4,48% no ano, enquanto no mesmo período do ano passado havia ficado em 2,80%. Nos últimos doze meses, o resultado foi de 6,17%, também superior à taxa dos doze meses imediatamente anteriores (6,37%).

O menor ritmo de crescimento do IPCA, que praticamente se reduziu à metade de julho para agosto, teve o grupo **Alimentação e Bebidas** como determinante. Da alta de 1,05% em julho, os **alimentos** passaram para uma **variação negativa** de 0,18% em agosto. Grande parte dos produtos

ficaram mais baratos de um mês para o outro, destacando-se aqueles da tabela a seguir.

**TABELA 4 – Grupo de alimentos que registraram queda no mês de agosto de 2008 – IPCA-IBGE**

ITEM	VARIÇÃO (%)		
	JULHO	AGOSTO	ACUMULADA NO ANO
Tomate	10,59	-36,91	44,00
Batata inglesa	-6,40	-6,55	-5,73
Feijão mulatinho	-2,12	-6,46	9,33
Feijão carioca	6,59	-5,90	-1,15
Farinha de trigo	-1,75	-4,16	18,13
Óleo de soja	-0,76	-3,95	20,53
Hortaliças	-2,35	-3,48	1,20
Alho	3,26	-3,01	-9,86
Leite pasteurizado	0,30	-2,85	6,21
Feijão preto	5,39	-1,96	62,97
Bolo industrializado	-0,36	-1,66	6,18
Arroz	-0,51	-1,59	35,31
Macarrão	1,08	-1,41	15,71
Farinha de mandioca	-0,44	-1,26	13,57
Pão doce	-0,59	-1,19	11,39
Leite em pó	-2,20	-0,73	-4,11
Açúcar refinado	-1,82	-0,69	1,82
Queijo	0,13	-0,46	-0,38
Pão francês	-0,11	-0,11	20,69

Considerando os alimentos que se apresentaram em alta no mês de agosto, os principais seguem na tabela abaixo.

**Tabela 5 – Grupo de alimentos que registram alta no mês de agosto de 2008 – IPCA-IBGE**

ITEM	VARIACÃO (%)		
	JULHO	AGOSTO	ACUMULADA NO ANO
Cebola	-3,76	16,63	66,62
Frutas	-1,69	4,48	3,83
Frango	3,13	3,61	5,92
Café da manhã fora	-0,76	2,50	7,22
Cenoura	-4,74	2,20	36,05
Lingüiça	1,24	1,85	9,51
Pescados	-2,36	1,60	0,76
Cerveja	0,35	1,13	4,79
Ovos	0,47	1,04	15,40
Doces em geral	1,25	0,96	6,52
Atomatado	-0,25	0,93	3,74
Açúcar cristal	3,61	0,90	13,23
Refeição fora	1,77	0,78	10,71
Carnes	4,35	0,56	15,58
Lanche fora	1,35	0,34	7,15

A queda nos preços dos **alimentos** ocorrida em agosto abrangeu a maioria das regiões pesquisadas, com destaque para Recife (-0,83%), a principal variação negativa. A seguir, os resultados do grupo por região.

**TABELA 6 – Variação mensal e acumulada do grupo Alimentação por UF pesquisada – 2008-09-08**

REGIÃO	ALIMENTAÇÃO VARIACÃO (%)		
	JULHO	AGOSTO	ACUMULADA NO ANO
<b>Rio de Janeiro</b>	1,03	-0,39	8,46
<b>Porto Alegre</b>	0,78	-0,20	9,75
<b>Belo Horizonte</b>	0,98	0,30	9,98
<b>Recife</b>	-0,10	-0,83	9,03
<b>São Paulo</b>	1,25	0,03	9,48
<b>Brasília</b>	1,37	0,16	9,47
<b>Belém</b>	1,31	0,19	11,04
<b>Fortaleza</b>	0,72	-0,75	8,21
<b>Salvador</b>	1,19	-0,76	10,55
<b>Curitiba</b>	1,19	-0,24	11,12
<b>Goiânia</b>	0,99	-0,66	8,04
<b>Brasil</b>	<b>1,05</b>	<b>-0,18</b>	<b>9,58</b>

Com o resultado de agosto, o grupo dos **alimentícios**, mesmo em queda no mês, acumulou 9,58% no ano, bem acima de igual período do ano passado, quando havia ficado em 6,73%. Abaixo, as variações em 2007 e 2008.

**TABELA 7 - Variação mensal e acumulada do grupo Alimentação - 2007 e 2008 – IPCA-IBGE**

MESES	ALIMENTAÇÃO VARIAÇÃO (%)			
	2007		2008	
	MENSAL	ACUMULADA	MENSAL	ACUMULADA
Janeiro	0,84	0,84	1,52	1,52
Fevereiro	0,78	1,63	0,60	2,13
Março	0,98	2,62	0,89	3,04
Abril	0,03	2,65	1,29	4,37
Maiο	0,16	2,81	1,95	6,40
Junho	1,09	3,93	2,11	8,64
Julho	1,27	5,26	1,05	9,78
Agosto	1,39	6,73	-0,18	9,58
Setembro	0,44	7,20	-	-
Outubro	0,52	7,76	-	-
Novembro	0,73	8,55	-	-
Dezembro	2,06	10,79	-	-

Quanto aos produtos **não alimentícios**, subiram um pouco mais de um mês para o outro: de 0,38% para 0,42% tendo em vista reajustes ocorridos em itens importantes com preços administrados ou controlados. Dos nove grupos que compõem o IPCA, incluindo o dos **alimentos**, três mostraram queda na variação de preços. É o que mostra a tabela seguinte.

**TABELA 8 – Variação mensal e acumulada dos grupos componentes do IPCA-IBGE – 2008**

GRUPO	VARIAÇÃO (%)		
	JULHO	AGOSTO	ACUMULADA NO ANO
<b>Índice geral</b>	0,53	0,28	4,48
<b>Alimentação e Bebidas</b>	1,05	-0,18	9,58
<b>Habitação</b>	0,60	0,77	3,19
<b>Artigos de Residência</b>	0,05	0,23	0,57
<b>Vestuário</b>	-0,03	0,39	3,46
<b>Transporte</b>	0,46	0,06	1,94
<b>Saúde e Cuidados Pessoais</b>	0,47	0,32	4,29
<b>Despesas Pessoais</b>	0,51	0,73	4,63
<b>Educação</b>	-0,02	0,42	4,46
<b>Comunicação</b>	0,36	0,69	1,60

Do lado dos itens que pressionaram a taxa do mês, a liderança ficou com a conta de **telefone fixo** (de 0,62% para 2,27%), responsável por 0,08 ponto percentual na composição do IPCA de agosto. Refletiu reajuste autorizado pela Anatel no final de julho.

Além da **telefonia**, houve alta nas tarifas de **energia elétrica** (de 0,93% para 1,03%), reflexo, basicamente, da região metropolitana de **Belém** (16,80%), onde ocorreu reajuste de 19% a partir de 07 de agosto, e da região de **São Paulo** (2,71%), com reajuste de 8,63% nas tarifas em vigor a partir de 04 de julho. Ambos aliados a aumentos na contribuição do Pis/Pasep/Cofins. Subiram, ainda, as tarifas de **água e esgoto**

(de 0,79% para 1,57%) em razão do reajuste de 13% de primeiro de agosto nas tarifas do **Rio de Janeiro** (11,93%).

Também em alta, destacaram-se os **artigos de vestuário** (de -0,03% para 0,39%), **cigarro** (de 0,09% para 1,35%), **cabeleireiro** (de -0,48% para 1,47%),  **cursos diversos** como idioma e informática (de 0,01% para 1,64%), além dos **acessórios e peças para automóveis** (de 0,57% para 1,65%).

Sobre as regiões pesquisadas, foi **Belém** (0,79%) a que apresentou a maior alta devido, principalmente, à conta de **energia elétrica** (16,80%), que, conforme mencionado, teve as tarifas reajustadas em 19% a partir do dia 07 de agosto. Além disso, os **alimentos** tiveram aumento de 0,19%, enquanto a maioria das regiões se mostrou em queda. O menor resultado ficou com a região metropolitana de **Curitiba** (-0,22%), observando que os preços do litro da **gasolina** ficaram 4,72% mais baratos, assim como o litro do **álcool**, que passou a custar 5,81% a menos.

O **INPC**, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O resultado de agosto apresentou variação de 0,21%, abaixo do resultado de 0,58% de julho em 0,37 ponto percentual. Com o resultado de agosto, o acumulado do ano situou-se em 5,09%, superior à taxa de 3,13% referente ao mesmo período do ano passado. Nos últimos doze meses o resultado foi 7,15%. Em agosto de 2007 o **INPC** foi de 0,59%.

Os **produtos alimentícios** apresentaram variação de -0,42%, enquanto os **não-alimentícios** aumentaram 0,49%.

Sobre as regiões pesquisadas, **Belém** (0,69%) devido, principalmente, à conta de **energia elétrica** (16,93%), que, conforme já mencionado, teve as tarifas reajustadas em 19% a partir do dia 07 de agosto. O menor resultado ficou com a região metropolitana de **Salvador** (-0,14%).

**TABELA 9**  
**Taxas de Inflação**  
**Brasil – 2004 – 2008**

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
2007	4,80	5,16	4,46
jan/08	0,88	0,69	0,54
fev/08	-0,03	0,48	0,49
mar/08	0,45	0,51	0,48
abr/08	0,42	0,64	0,55
mai/08	0,87	0,96	0,79
jun/08	0,97	0,91	0,74
jul/08	0,87	0,58	0,53
ago/08	0,32	0,21	0,28
<b>DATA BASE 1°</b>			
<b>DE SETEMBRO</b>			
<b>DE 2008</b>	<b>6,97</b>	<b>7,15</b>	<b>6,17</b>

Fonte: DIEESE e IBGE

### 3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

Em agosto, o preço do conjunto de gêneros alimentícios essenciais teve queda em 15 das 16 capitais onde o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Apenas em Goiânia foi apurada alta – de 1,15% - para os produtos básicos. As retrações superaram 10,0% em localidades como Recife (-10,77%), Natal (-10,73%), Fortaleza (-10,59%) e Rio de Janeiro (-10,56%). Belém (-2,27%) e Brasília (-3,18%) registraram os menores recuos.

Em agosto, o comportamento dos preços dos produtos que compõem a cesta básica foi de significativa queda. Todos os itens acompanhados apresentaram estabilidade ou retração na maioria das capitais pesquisadas pelo DIEESE.

Com o recuo do custo da cesta ocorrido em agosto, a variação acumulada no ano também diminuiu na maior parte das cidades pesquisadas, o que só não se verificou em Goiânia, onde a alta no ano chegou a 9,09%. Ainda assim, este percentual é a segunda menor variação acumulada dentre as 16 capitais pesquisadas. O menor aumento foi apurado em Belém e Aracaju (ambas com 8,59%) enquanto em Vitória a alta foi de

9,75%, também inferior a 10,0%. As maiores elevações ocorreram em Curitiba (22,81%), Brasília (18,60%) e Salvador (18,00%).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em maio de 2008, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais**  
**Brasil – Agosto de 2008**

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação Anual (%)
Goiânia	1,15	206,56	54,10	109h 30min	9,09	32,59
Belém	-2,27	206,33	54,04	109h 23min	8,59	27,65
Brasília	-3,18	229,17	60,02	121h 29min	18,60	30,06
Salvador	-4,28	187,28	49,05	99h 17min	18,00	27,46
São Paulo	-4,35	241,15	63,16	127h 50min	12,36	24,92
Aracaju	-5,47	185,86	48,68	98h 32min	8,59	23,23
Curitiba	-5,88	229,93	60,22	121h 53min	22,81	31,93
Belo Horizonte	-6,38	231,26	60,57	122h 36min	12,92	31,70
João Pessoa	-6,47	182,29	47,74	96h 38min	17,54	20,53
Porto Alegre	-6,99	241,16	63,16	127h 51min	13,26	16,85
Florianópolis	-8,18	219,01	57,36	116h 06min	14,77	21,25
Vitória	-9,64	207,99	54,48	110h 16min	9,75	20,54
Rio de Janeiro	-10,56	214,68	56,23	113h 48min	10,40	17,87
Fortaleza	-10,59	178,37	46,72	94h 33min	12,64	26,03
Natal	-10,73	188,93	49,48	100h 09min	12,52	16,22
Recife	-10,77	176,09	46,12	93h 21min	13,31	17,98

Fonte: DIEESE

Nos últimos 12 meses – de setembro de 2007 a agosto último – os aumentos em todas as capitais pesquisadas continuaram a ser muito expressivos, ainda que acumulem variações inferiores

§§ Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

às apuradas para o período de um ano encerrado em julho. As maiores altas verificaram-se em Goiânia (32,59%), Curitiba (31,93%), Belo Horizonte (31,70%) e Brasília (30,06%). Natal (16,22%) e Porto Alegre (16,85%) apresentaram as menores variações acumuladas no período.

Com base no custo apurado para a cesta em Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deveria suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Como quase todas as capitais registraram recuo no preço da cesta, o salário mínimo necessário também caiu em agosto, sendo estimado em R\$ 2.025,99, ou seja, 4,88 vezes o piso em vigor (R\$ 415,00). Em julho este valor correspondia a R\$ 2.178,30, o que representava 5,25 vezes o menor salário. Em agosto de 2007, a relação entre o mínimo vigente e o necessário era bem menor que o atual, pois o valor de R\$ 1.733,88 correspondia a 4,56 vezes o mínimo oficial (R\$ 380,00). Vale lembrar que em agosto do ano passado a cesta teve alta em todas as capitais pesquisadas

A retração verificada nos preços dos produtos básicos na maioria das capitais pesquisadas permitiu que o tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta, na média das 16 localidades pesquisadas, recuasse em agosto, ficando em 110 horas e 12 minutos. Em julho, o trabalhador remunerado pelo salário mínimo precisava cumprir uma jornada de 117 horas e 08 minutos, para adquirir os mesmos bens. Em agosto de 2007 o tempo necessário correspondia a 97 horas e 00 minutos.

A mesma diferença pode ser verificada quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, isto é, após o desconto equivalente à Previdência Social. Em agosto, a compra

da cesta exigia o comprometimento de 54,45% do rendimento líquido, enquanto em julho, a aquisição requiritava 58,26% desse total. Em agosto de 2007, o percentual comprometido correspondia a 47,74% do salário mínimo, menos da metade dos vencimentos líquidos.

## 4 – DESEMPENHO SETORIAL

### 4.1 – Indústria Geral

Em julho de 2008, a produção industrial, calculada pelo IBGE, registrou variação positiva de 1,0%, frente ao mês anterior. Na comparação com julho de 2007 o aumento foi de 8,5%, completando a seqüência de vinte e cinco meses de resultados positivos neste tipo de indicador. Com isso, o indicador acumulado para os primeiros sete meses do ano ficou em 6,6% e nos últimos doze meses, passou de 6,7% em junho para 6,8% em julho.

O avanço de 1,0% observado na passagem de junho para julho refletiu os acréscimos de produção em 17 das 27 atividades, e concentrou-se em duas das quatro categorias de uso. Entre os ramos industriais, destacaram-se outros produtos químicos (4,2%), que acumula 12,2% em três meses de expansão, seguido por: edição e impressão (5,6%), máquinas equipamentos (2,0%) e fumo (12,9%). Por outro lado, as pressões negativas de maior impacto sobre a média geral foram observadas em: material eletrônico e equipamentos de comunicações (-7,6%), veículos automotores (-1,2%), bebidas (-3,0%) e outros equipamentos de transporte (-3,4%). Destaque-se o desempenho positivo no mês anterior para todos estes setores: 4,1%, 9,7%, 2,8% e 6,0%, respectivamente.

Ainda na comparação julho 08/ junho 08, os índices por categorias de uso mostraram maior dinamismo em bens de capital (1,2%) e em bens intermediários (1,1%), que atingiram em julho seus mais elevados patamares na série histórica. Bens de consumo duráveis (-5,2%) assinalou queda, após aumento de 7,7% em junho, enquanto bens de consumo semi e não duráveis ficou estável (0,0%), depois de dois meses de expansão, período que acumulou um ganho de 2,6%.

O resultado de 8,5% no indicador mensal refletiu o crescimento da grande maioria (23) dos vinte e sete setores pesquisados. Vale destacar que julho de 2008 possui um dia útil a mais que julho de 2007. A indústria de veículos automotores (17,3%) manteve-se na liderança da expansão, tendo o maior impacto na formação da taxa global, seguida por: máquinas e equipamentos (12,5%) e metalurgia básica (10,0%). Nestes três setores, os itens de maior destaque foram, respectivamente: automóveis e caminhões; aparelhos elevadores ou transportadores para mercadoria; válvulas torneiras e registros; e relaminados de aço e lingotes, blocos e placas de aço. As quatro atividades que mostram queda em relação a julho do ano passado foram, por ordem de importância: madeira (-13,7%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-3,2%), perfumaria, sabões e produtos de limpeza (-4,8%) e calçados e artigos de couro (-1,9%), devido, principalmente, ao recuo na produção de madeira serrada, televisores, sabões para uso doméstico e calçados de couro, respectivamente.

Ainda na comparação julho 08/ julho 07, os índices por categorias de uso confirmam o perfil generalizado de resultados positivos na produção industrial, com as quatro categorias registrando crescimento nesse período. Bens de capital (22,3%) e bens de consumo duráveis (9,8%), situaram-se acima da

média global (8,5%) e bens intermediários e bens de consumo semi e não duráveis assinalaram taxas de 7,5% e 5,0%, respectivamente. A produção de bens de capital foi positivamente influenciada pelos aumentos, a dois dígitos, em todos seus subsetores, com claro destaque para bens de capital para transporte (32,8%), seguido por bens de capital de uso misto (15,4%) e para bens de capital para fins industriais (15,5%). O desempenho de bens de consumo duráveis foi sustentado, sobretudo, pelo comportamento de veículos automotores (16,7%), setor que mostra crescimento desde março de 2007.

Em janeiro-julho, frente a igual período de 2007, o crescimento total da indústria foi de 6,6%, com 22 atividades apontando aumento na produção. A fabricação de veículos automotores (18,4%) sustentou a liderança das atividades, em termos de impacto sobre o índice global. Outras contribuições positivas relevantes vieram de máquinas e equipamentos (10,0%), outros equipamentos de transporte (32,5%) e metalurgia básica (7,9%). Em sentido oposto, entre as quatro indústrias com queda, as que mais pressionaram a taxa global foram fumo (-7,7%) e madeira (-6,4%).

Por categorias de uso, os segmentos de bens de capital (18,1%) e de bens de consumo duráveis (13,3%) lideraram a expansão, enquanto bens intermediários (5,6%) e bens de consumo semi e não duráveis (2,1%) ficaram abaixo da média da indústria. Esses números evidenciam o dinamismo do ciclo de investimentos e do consumo doméstico apoiado, principalmente, no crédito.

Em síntese, os números de julho mostraram que a trajetória de crescimento da produção industrial prosseguiu, apoiada no desempenho de bens de capital e de bens intermediários, ambos com expansão de 1,4% na margem, segundo o índice de

média móvel trimestral. Além do fluxo das exportações de *commodities*, a indústria de bens intermediários vem sendo positivamente impactada pelo desempenho favorável da agroindústria e, mais recentemente, pelo aumento no ritmo de produção de segmentos da cadeia de construção, setor cuja demanda por produtos industriais é atendida basicamente pela oferta interna.

Os índices regionais da produção industrial ajustados sazonalmente mostraram crescimento, entre junho e julho, em dez dos quatorze locais pesquisados, com Goiás (3,1%), Pará e Amazonas (2,3%), Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (2,1%), Minas Gerais (1,8%) e Bahia (1,5%) apontando resultados acima da média nacional (1,0%). Também com taxas positivas, porém moderados, aparecem Rio de Janeiro (0,6%) e São Paulo (0,3%). Com resultados negativos figuram: Pernambuco (-3,2%), Ceará (-1,4%), Rio Grande do Sul (-1,1%) e região Nordeste (-1,0%).

Na comparação julho 08/julho 07, os índices foram predominantemente positivos, com treze locais registrando aumento na produção. Vale citar a influência de um dia útil a mais em julho de 2008. Os principais destaques, em termos de magnitude da taxa, foram: Goiás (17,6%), Paraná (15,1%), Espírito Santo (14,3%), São Paulo (10,9%), Pará e Minas Gerais (ambos com 8,6%) e Amazonas (8,5%), que assinalaram crescimento acima ou igual à média nacional (8,5%). Com resultados positivos figuram ainda Ceará (6,3%), Rio Grande do Sul (6,2%), Rio de Janeiro (5,4%), Santa Catarina (3,6%), Pernambuco (1,7%) e Bahia (0,5%). A região Nordeste (-0,3%) foi o único local com queda em julho.

A indústria nacional mostra aceleração no ritmo de atividade ao longo de 2008: 6,2% na média do primeiro semestre e 8,5% no mês de julho. Acompanhando esse movimento se encontra a maioria (10) dos quatorze locais, destacadamente, Goiás que passa de 11,9% no primeiro semestre e alcança 17,6% em julho, Paraná (de 11,2% para 15,1%) e Ceará (de 2,8% para 6,3%).

### Indicadores da Produção Industrial – Resultados Regionais – Indústria Geral – ( Base: igual período do ano anterior)

Locais	Taxa de Variação (%)	
	Janeiro-Junho	Julho
Amazonas	7,5	8,5
Pará	6,1	8,6
Região Nordeste	4,6	-0,3
Ceará	2,8	6,3
Pernambuco	7,9	1,7
Bahia	4,6	0,5
Minas Gerais	6,6	8,6
Espírito Santo	16,1	14,3
Rio de Janeiro	2,3	5,4
São Paulo	9,8	10,9
Paraná	11,2	15,1
Santa Catarina	1,3	3,6
Rio Grande do Sul	4,8	6,2
Goiás	11,9	17,6
<b>Brasil</b>	<b>6,2</b>	<b>8,5</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, coordenação de Indústria

No indicador acumulado no ano, todos os locais registraram índices positivos, com destaque para Espírito Santo (15,8%), Goiás (12,8%), Paraná (11,8%) e São Paulo (10,0%), todos com desempenhos a dois dígitos. Nestes locais, destaca-se a presença de setores produtores de máquinas e equipamentos (investimento), exportadores de *commodities*, especialmente as metálicas, da indústria automobilística (caminhões, automóveis e suas peças), da agroindústria (principalmente do Centro-Oeste) e da cadeia de construção. Ainda com acréscimo na produção,

se encontram: Amazonas (7,6%), Pernambuco (7,0%), Minas Gerais (6,9%), Pará (6,5%), Rio Grande do Sul (5,0%), Bahia (4,0%), região Nordeste (3,9%), Ceará (3,3%), Rio de Janeiro (2,7%) e Santa Catarina (1,6%).

Também de acordo com o IBGE, em julho, o nível de emprego na indústria nacional variou 0,7% em relação a junho. Na comparação com julho de 2007, o aumento foi de 2,8%, mantendo a seqüência de vinte e cinco taxas positivas. No índice acumulado nos sete primeiros meses do ano, o aumento foi de 2,8% em relação ao mesmo período do ano passado. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, que vinha em trajetória crescente desde outubro de 2006, ficou estável entre junho e julho (2,9%).

No índice mensal (2,8%), o contingente de trabalhadores aumentou em onze das quatorze áreas investigadas, com destaque para São Paulo (4,3%), Minas Gerais (6,6%) e região Norte e Centro-Oeste (2,8%). No primeiro local, as principais contribuições positivas vieram de máquinas e equipamentos (10,4%) e produtos químicos (21,3%); no segundo, os impactos de alimentos e bebidas (12,3%) e meios de transporte (13,4%) foram os mais relevantes; e, no terceiro, o destaque foi para alimentos e bebidas (5,2%) e minerais não-metálicos (21,0%). Por outro lado, foram observadas reduções em Pernambuco (-4,4%), Santa Catarina (-1,1%) e região Nordeste (-0,3%).

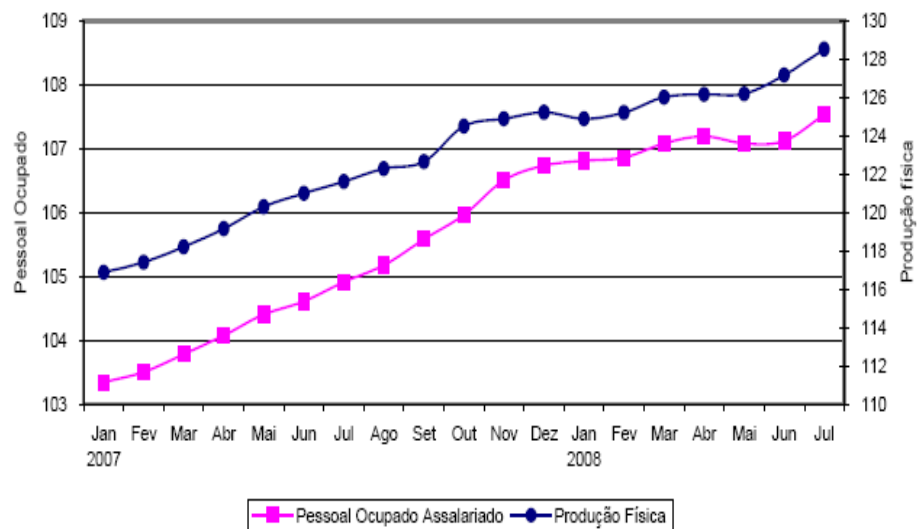
Em nível nacional, o pessoal ocupado aumentou em treze dos dezoito setores, frente a julho de 2007, com máquinas e equipamentos (12,3%), meios de transporte (9,6%), máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (11,6%) e produtos químicos (11,1%) respondendo pelos impactos positivos mais importantes. Por outro lado, as contribuições negativas mais significativas vieram de calçados e artigos de

couro (-9,8%), vestuário (-4,7%), têxtil (-6,2%) e madeira (-8,2%).

No indicador acumulado no ano, o nível de emprego na indústria foi 2,8% maior que em igual período do ano passado, resultado apoiado no crescimento de onze locais e doze ramos. No total do país, as pressões positivas mais relevantes, em termos de participação, vieram de máquinas e equipamentos (12,6%), meios de transporte (10,6%), máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (12,8%) e alimentos e bebidas (2,9%). Entre os locais, São Paulo e Minas Gerais (ambos com 4,2%) e região Norte e Centro-Oeste (3,9%) foram as contribuições positivas mais importantes, enquanto Santa Catarina (-0,5%) exerceu a principal pressão negativa. Entre os segmentos, as influências negativas mais significativas no total do país foram observadas em calçados e artigos de couro (-10,7%), vestuário (-5,0%), têxtil (-5,5%) e madeira (-7,2%).

Em síntese, com base na evolução do índice de média móvel trimestral, o nível do emprego industrial, que vinha mantendo patamar estável ao longo de 2008, registrou variação positiva de 0,4% em julho. Esse movimento guarda relação com a trajetória de crescimento da produção que, neste mesmo indicador, mostrou aumento de 0,8% entre os trimestres encerrados em maio e junho e acentuou o ritmo de expansão em julho (1,1%).

### Pessoal Ocupado Assalariado x Produção Média Móvel Trimestral\* (base: média de 2002 = 100)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria  
\*série com ajuste sazonal

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística